

O PIBID DE PSICOLOGIA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS: uma realidade contraditória

Victor Thiago Ribeiro Silvaino¹

Gabriel Silveira Mendonça²

1 INTRODUÇÃO

Este diário de classe tem como objetivo discorrer sobre a relação entre a realidade do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) de Psicologia da Universidade Federal de Goiás -*campus* Goiânia (UFG) e a realidade educacional em que vive o professor de Sociologia, supervisor de campo, do Instituto de Educação de Goiás (IEG).

Esse projeto tem sido realizado como disciplina optativa em parceria com o professor de Sociologia, uma vez que a Psicologia não é disciplina curricular obrigatória no Ensino Médio. As disciplinas optativas se tornaram parte da nova matriz curricular do Ensino Médio na rede pública estadual de educação de Goiás. Diante disso, elaboramos a disciplina, com temas e conteúdos que possibilitassem um diálogo da Psicologia com a Sociologia, a ser ofertada para duas turmas do terceiro ano, em 2013.

Nesse sentido, pretendemos pensar as distintas realidades acompanhadas pelo professor de Sociologia do IEG, ou seja, quais as diferenças entre a sua experiência enquanto professor da rede pública e a realidade vivenciada pelos licenciandos (bolsistas do Pibid de Psicologia) no projeto em questão.

¹ Professor de Sociologia do Instituto de Educação de Goiás (IEG) e supervisor de campo do Pibid de Psicologia, *campus* Goiânia. E-mail: victor_socion@hotmail.com

² Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista do Pibid de Psicologia, *campus* Goiânia. E-mail: mendoncags@gmail.com

2 O IEG E A EDUCAÇÃO EM GOIÁS

Antes disso, precisamos apresentar um pouco a realidade do IEG e do ensino público estadual em Goiás a partir do olhar de um trabalhador da educação. A escola possui um extenso terreno com 19 salas de aula, 1 sala de vídeo, 1 sala de ciências, 1 sala de informática, 1 sala da coordenação, 1 sala da diretoria, 1 sala de professores, amplo espaço para secretaria, um auditório para 400 pessoas, 1 biblioteca, 1 sala de música/dança, 2 quadras esportivas cobertas, 1 quadra descoberta, duas piscinas e um amplo saguão de entrada. Conta ainda com cerca de 100 funcionários (professores e técnicos) que atendem atualmente quase 3000 alunos. Porém, carece de funcionários suficientes nos setores de limpeza, secretaria, coordenação, professores de apoio, segurança, técnicos de laboratórios, o que desencadeia um acúmulo de funções, adoecimentos e faltas.

Embora essa estrutura seja privilegiada em relação às demais escolas públicas estaduais, a conservação do espaço não é adequada. Mesmo com uma reforma em andamento há quase quatro anos, a estrutura deixa a desejar em qualidade – fato coerente com a realidade da maioria das escolas da região Centro-oeste, onde 51,7% apresentam apenas condições elementares de funcionamento, ou seja, oferecem apenas água, sanitários, cozinha, energia elétrica e esgoto aos funcionários e alunos que os frequentam³. Ainda assim, a instituição, mais por sua história do que pelo atual momento, é tida como referência no ideário goiano.

Em virtude do privilégio de espaço e por localizar-se em uma região central na cidade de Goiânia, a escola sofre constantes ameaças de fechamento por parte do governo estadual, sendo que a

³Dados produzidos por pesquisa realizada por Joaquim José Soares Neto, Girlene Ribeiro de Jesus e Camila Akemi Karino, da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com Dalton Francisco de Andrade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Cf. Soares Neto et al., 2013.

resistência do colegiado foi demonstrada, mais uma vez, na greve de 2012, na qual o colégio suspendeu suas atividades do primeiro ao último dia do movimento paredista, totalizando 51 dias de paralização.

A greve foi motivada principalmente pela proposta do governo estadual de realizar mudanças no plano de carreira dos servidores, causando-lhe um achatamento e servindo ainda para forjar o pagamento do piso nacional aos professores da rede. Destacamos também que, nos últimos anos, foi deliberado um conjunto de medidas reunidas em um projeto chamado “Pacto pela educação”. As medidas nele reunidas se desdobraram em corte de projetos extracurriculares mantidos pelo estado; na extinção dos técnicos dinamizadores de laboratórios e biblioteca; no retorno compulsório de aproximadamente 5000 professores readaptados – inclusive boa parte por motivos de saúde – para a sala de aula, eliminando assim praticamente todos os contratados; redução drástica da quantidade de professores de apoio, minando, desta maneira, um *status* até de referência antes atribuído à educação do estado, criando a figura do professor itinerante, que ao invés de atender alguns alunos em tempo integral passa a ser obrigado a percorrer um variado número de escolas em um mesmo período. Somados a essa precarização das condições de trabalho, vieram o aumento das pressões pelas figuras dos ‘tutores’⁴ nas escolas e constrangimentos como a obrigatoriedade de fixar as folhas de ponto nas paredes do colégio bem com as placas dos respectivos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na frente das escolas.

Recentemente, algumas escolas da rede passaram por uma transição para o modelo de tempo integral. O IEG ficou de fora por acreditar que esse modelo não é o ideal para atender tais

⁴ O tutor é um servidor da Secretária Estadual de Goiás, responsável pela fiscalização e controle da frequência dos professores, planos de aulas, de acordo com as metas e índices de produtividade estabelecidos para os professores pelo Pacto da Educação.

demandas, já que não foram feitos investimentos em infraestrutura e projetos pedagógicos, necessários a uma educação de qualidade, sendo estes inclusive fatores alegados por diversos alunos que deixaram suas antigas escolas, que se tornaram integrais, e optaram por migrar para o IEG, alegando também a indisponibilidade para permanecer em uma escola por mais de um período do dia. Além do mais, os professores do colégio entenderam que havia muitas dúvidas e incertezas no Projeto apresentado pela Secretaria de Educação do estado, inclusive sobre a idoneidade de tal Projeto ao transferir a administração dessas escolas para uma empresa privada sediada em Pernambuco, soando como uma espécie de privatização das escolas públicas da rede estadual.

Por fim, vieram as revelações dos relatórios da Polícia Federal, na chamada Operação Monte Carlo, indicando o envolvimento e as relações entre o governador do estado – e o próprio secretário de educação – como grupo de contravenção chefiado por Carlos Cachoeira (FORTES, 2013). Tal contexto foi responsável por uma das maiores greves da rede de educação no estado, sendo esse o panorama geral da realidade educacional vivida em Goiás.

3 COTIDIANO DOCENTE: PROFESSOR DE SOCIOLOGIA E SUPERVISOR DO PIBID

Nesse contexto, seis bolsistas do Pibid, licenciandos em Psicologia, se propuseram a elaborar e ministrar uma disciplina optativa em duas turmas do terceiro ano com aproximadamente 45 alunos cada, em uma aula semanal, no período matutino. Os bolsistas se dividiram em dois trios, desse modo representam uma relação de 15 alunos para cada professor responsável. Enquanto a realidade do professor de Sociologia é de 33 turmas, totalizando aproximadamente 1500 alunos, distribuídos entre os períodos matutino e noturno.

O resultado disso é o excesso de atividades realizadas pelo professor de Sociologia, as quais – contabilizadas em provas, duas atividades e as recuperações bimestrais e a final – interferem diretamente na qualidade do atendimento às necessidades cognitivas individuais e seus possíveis diagnósticos, realizados por meio de avaliações subjetivas e adequadas. Diante do reduzido número de aulas e do curto prazo para o fechamento de notas isso se apresenta como quase utopia. Esta é a mesma exigência para o todo o corpo docente, independentemente da quantidade de alunos que cada disciplina exige para o fechamento de um cargo de 40 horas semanais. O que para os pibidianos se torna bem mais simples, afinal o projeto tem como estimativa 20 horas semanais, dentre as quais – devido às limitações de espaço no contexto escolar – poucas são contabilizadas diretamente em campo.

Nesse sentido, as maiores contradições entre a realidade do bolsista e do professor da rede, observadas até o momento, se referem a:

I) Planejamento das aulas e os recursos didáticos

A instauração de um currículo rígido e bimestralizado para todas as escolas do estado inviabiliza ao professor de Sociologia planejar as atividades educacionais pensadas em sua relação com os alunos, cabendo apenas o cumprimento das metas e conteúdos preestabelecidos. O currículo bimestralizado, apesar de ser apresentado como mínimo, adquire perspectivas de currículo máximo, devido a sua complexidade, sendo ainda acompanhado pela orientação de entregas de planos aula por aula, semanalmente, aos coordenadores da unidade educacional e tutores da subsecretaria regional, seriam, portanto, planos de aula de 33 turmas por semana.

Em contrapartida, no Pibid podemos nos reunir toda semana com a presença dos seis bolsistas, do supervisor e da coordenadora para pensar as duas aulas ministradas por semana. Juntos,

elaboramos a ementa e o cronograma da disciplina, e a cada semana discutimos os planos de aula e os recursos metodológicos a serem utilizados. Isso nos confere mais autonomia, a qual também se deve ao fato de a disciplina ser optativa e de inexistir uma matriz disciplinar. Fato que nos permite pensar com os alunos e com os membros do Projeto melhores formas de abordar os temas propostos, e até mesmo alguns outros temas de interesse dos alunos.

Na escola, diante da falta de materiais didáticos, utilizamos recursos provenientes do Pibid para fornecer aos alunos materiais gratuitos para o estudo dos conteúdos, mas também recebemos apoio nos recursos materiais da UFG, para utilizarmos *data show*, som, computador, com mais praticidade – já que a escola toda possui apenas um retroprojetor –, tendo assim maiores possibilidades didáticas para as aulas.

II) Cronograma, aulas e metodologias

A quantidade de aulas disponibilizadas pelo modelo atual da matriz curricular do estado é insuficiente para atender os objetivos para os quais a disciplina é proposta na LDB, e reforçada na construção da própria matriz curricular, que afirma como propósito da Educação a formação não só para o mundo do trabalho, mas também para a vida, para a cidadania plena, formando indivíduos dotados de autonomia intelectual (BRASIL, 1996). Comparada a outras disciplinas, como Português e Matemática, é fácil perceber a pouca importância dada às disciplinas de Sociologia e Filosofia. Além dos alunos estudarem Português e Matemática durante os doze anos, aproximadamente, da Educação Básica, só vão ter acesso aos conhecimentos de Filosofia e Sociologia, propriamente ditos, durante apenas três anos de sua vida escolar, sendo que a quantidade de aulas dessas disciplinas, ao longo de um ano, corresponde apenas a um bimestre de Português ou Matemática.

É bom lembrar que são previstas 40 aulas anuais para a disciplina, contudo, devido a inúmeros fatores, como feriados, reuniões pedagógicas, avaliações diagnósticas etc., esse número se reduz drasticamente, chegando ocasionalmente ao absurdo de ter seu número de aulas reduzido de dez por bimestre a apenas duas ou três aulas em cada turma, ou até menos, culminando em situações onde o professor precisa aplicar provas sem ter ministrado aulas com os conteúdos, como foi o caso do 2º bimestre deste ano de 2013. Tudo isso compromete o rendimento dos alunos e a qualidade das aulas, impossibilitando um trabalho sério e comprometido com os objetivos ambiciosos que as Diretrizes e Parâmetros Curriculares reservam a essa disciplina.

Apesar da disponibilidade dos bolsistas do Projeto em contribuir de forma mais efetiva com o ensino no IEG, esta realidade também afeta as aulas do Pibid, pois o calendário tem sido bombardeado por avaliações estaduais e federais (Prova Brasil, Prova diagnóstica, Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás, o Saego), olimpíadas de matemática, olimpíada de física, reuniões pedagógicas, cobranças de ações e resultados, excesso de feriados, datas comemorativas, palestras de empresas, reforma do colégio, paralisações devido à precarização das condições de trabalho e salariais (achatamento do plano de carreira), e também a greve no setor de transporte público. De modo que, em uma das turmas, chegamos a passar um período de cinco semanas sem dar aulas, havendo apenas uma aplicação de avaliações.

Enquanto nas disciplinas do Pibid podemos flexibilizar o cronograma de acordo com o desenvolvimento das turmas e com o processo educacional, em Sociologia é preciso cumprir com as metas e conteúdos preestabelecidos externamente. Fato que também interfere nos procedimentos metodológicos, afinal, diante da escassez de tempo para trabalhar os conteúdos com recursos variados (debates, seminários, vídeos), o professor é obrigado a se

ater apenas à exposição. Em contrapartida, na disciplina optativa, podemos utilizar diversos recursos metodológicos, com aulas expositivas, aulas expositivo-dialogadas, debates, discussões em grupos etc.

Os professores enfrentam uma árdua jornada semanal e, em alguns casos, precisam trabalhar em outros locais para melhorar a renda e compensar os baixos salários. Pelo próprio ritmo em que a situação é aqui narrada, podemos perceber o quanto esses trabalhadores enfrentam uma sobrecarga de trabalho que leva ao adoecimento. O próprio Ministério Público cobrou medidas que reduzissem o alto índice de afastamento de professores por questões de saúde. Ainda assim, muitas vezes eles são culpabilizados pelas condições em que a Educação se encontra.

4 CONTRIBUIÇÕES DO PIBID DE PSICOLOGIA

Como vimos, o Pibid possibilita uma realidade diferenciada em relação às reais condições de um professor da rede pública estadual. Ainda que o professor supervisor receba uma bolsa, aumentando sua renda em cerca de um salário mínimo, podemos afirmar que, concretamente, ela não altera suas condições de trabalho.

A participação em Projeto vinculado à academia possibilita uma reaproximação do professor com produções teóricas e o estudo da área, como tem acontecido nas reuniões semanais, com pesquisas e grupos de estudo realizados pelos participantes do Projeto. Contudo, muitas vezes, essa participação é limitada pelas próprias condições de trabalho do docente, elemento importante frente ao grande distanciamento em que se encontram essas duas realidades: a gestão do governo estadual atual e a Universidade Federal de Goiás.

Nesse sentido, o Pibid se apresenta como possibilidade inclusive na aproximação do estudante do Ensino Médio com a universidade, o qual, em vários casos, sequer conhece as possibilidades de acesso à uma universidade federal. Além disso, a experiência permite contribuições para a formação crítica e humana dos estudantes, decorrente do aprendizado de conteúdos da Psicologia, sobretudo em um cenário de grande desvalorização das Ciências Humanas.

Percebemos que o Pibid possibilita também uma aproximação dos pibidianos com a realidade escolar e o implemento das políticas educacionais, assim como torna possível uma aproximação das inúmeras dificuldades apresentadas acima, as quais alimentam ainda mais a busca por alternativas para a melhoria do ensino básico. Apesar de contribuir na formação dos professores, o Pibid – por si só – é insuficiente para uma efetiva melhoria das precárias condições em que se encontra a Educação Básica estadual e nacional, que vão muito além das responsabilidades dos já culpabilizados professores da rede pública, justificando assim a importância que demos à caracterização do contexto escolar e educacional.

Este trabalho procurou elucidar que a experiência do Pibid de Psicologia ainda é bastante privilegiada, em detrimento das condições em que trabalham os professores no Brasil, até porque o próprio Instituto de Educação de Goiás, com todos seus problemas, ainda é uma escola central na capital goiana, estando mais estruturada que muitas outras na periferia das grandes cidades e, mesmo assim, encontra-se em uma situação de precarização que impossibilita o pleno desenvolvimento do Programa.

Com isso, surgem questões acerca do alcance das contribuições do Pibid, enquanto um programa de formação de professores. Afinal, ainda que agora esteja presente na LDB, pela Lei 12.796 de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 2013), muitas outras

medidas devem ser tomadas para colaborar para que o professor tenha reais condições de exercer, com dignidade e qualidade, seu trabalho na Educação Básica pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 27833, 23/12/1996. Disponível em: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 1 jun.2013

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 5/4/2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm> Acesso em: 1 jun.2013.

FORTES, L. Os elos entre o governador tucano de Goiás e um *hacker* contratado para grampear e invadir computadores de políticos e jornalistas. **Carta Capital** [online], 29/04/2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/de-marconi-perillo-a-mister-magoo-5496.html>> Acesso em: 26 jun. 2013

SOARES NETO et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1786/1786.pdf>> Acesso em: 26 jun. 2013

Recebido em: 30/05/2013

Aprovado em: 10/06/2013